

**Protocolos / Contratos / Acordos**

**14. Proposta de minuta de contrato de comodato de um bem imóvel situado na Freguesia da Sé entre o Município de Braga e Associação Juvenil de Jovens Em Caminhada.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a presente proposta com vista à aprovação da minuta do contrato de comodato entre o Município de Braga e a Associação Juvenil de Jovens em Caminhada, segundo a qual entrega o prédio descrito na CRP sob o n.º 844/Sé e inscrito na matriz urbana sob o art.º 482.º, situado na freguesia da Sé, neste concelho, a título gratuito, para o exercício de atividades de carácter social, nomeadamente acolhimento para jovens marginalizados, atendimento para jovens que desejem orientação e formação integral para jovens, nos termos do disposto nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, tudo de acordo com os documentos contantes do processo.

**Assunto: Proposta de minuta de contrato de comodato | Associação Juvenil Jovens em Caminhada**

Considerando:

- A importância da resposta prestada pela Associação Juvenil Jovens em Caminhada junto de jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, em situação de sem-abrigo.
- A participação ativa da Associação Juvenil Jovens em Caminhada no contexto do NPISA Braga (Núcleo de Planeamento e Intervenção junto de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) e no desenvolvimento das medidas previstas no Projeto *ROOF – Ending Homelessness*, no contexto de nove cidades europeias de 8 diferentes países, cujos principais objetivos foram a apresentação de um Plano de Ação Integrado e a apresentação de soluções inovadoras do ponto de vista habitacional dirigidas a pessoas em situação de sem-abrigo;
- A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- O disposto nas alíneas *h)* e *i)* do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea *u)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Apresenta-se proposta de minuta para celebração de contrato de comodato, em anexo, nos termos nela propostos.

## **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Considerando:

- A importância da resposta prestada pela Associação Juvenil Jovens em Caminhada junto de jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, em situação de sem-abrigo.
- A participação ativa da Associação Juvenil Jovens em Caminhada no contexto do NPISA Braga (Núcleo de Planeamento e Intervenção junto de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) e no desenvolvimento das medidas previstas no Projeto *ROOF – Ending Homelessness*, no contexto de nove cidades europeias de 8 diferentes países, cujos principais objetivos foram a apresentação de um Plano de Ação Integrado e a apresentação de soluções inovadoras do ponto de vista habitacional dirigidas a pessoas em situação de sem-abrigo;
- A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- O disposto nas alíneas *h)* e *i)* do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea *u)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar a celebração a minuta de contrato de comodato, em anexo, nos termos nela propostos.

Braga, 13 de Março de 2023.

A Vereadora da Inovação e Coesão Social

---

Dra. Carla Sepúlveda



## CONTRATO DE COMODATO

Entre o

**Município de Braga**, pessoa coletiva de direito público 506 901 173, com sede na Praça Conde de Agrolongo, 4704-514 Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, com poderes para o efeito, **adiante designado por primeiro outorgante** \_\_\_\_\_

e a

**Associação Juvenil de Jovens em Caminhada**, pessoa coletiva de direito público 502 026 707, com sede na Rua de S. João, n.º 3, 4700-325 Braga, neste ato representado pela Presidente da Direção da Associação Juvenil Jovens em Caminhada, **adiante designado por segundo outorgante**, \_\_\_\_\_

**É celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes:** \_\_\_\_\_

### 1.ª

#### (Objeto)

O Município de Braga, é dono e legítimo possuidor do prédio urbano composto de casa de habitação de dois pisos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 844/Sé e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 482, da freguesia da Sé, melhor identificado na planta e caderneta predial anexas ao presente contrato e que dele faz parte integrante. \_\_\_\_\_

### 2.ª

#### (Finalidade)

Pelo presente contrato, o **Município** entrega à **Associação Juvenil de Jovens em Caminhada** e esta aceita, o prédio descrito na cláusula primeira, a título gratuito, para o exercício de atividades de carácter social, nomeadamente para a prossecução dos fins próprios da Associação, a saber: \_\_\_\_\_

- a) Acolhimento para jovens marginalizados; \_\_\_\_\_
- b) Atendimento para jovens que desejem orientação; \_\_\_\_\_
- c) Formação integral para jovens. \_\_\_\_\_

### 3.ª

#### (Regime de utilização)

1. A segunda outorgante utilizará o referido prédio para o exercício das atividades referidas na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização do **Município**. \_\_\_\_\_
2. À segunda outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do **Município**. \_\_\_\_\_
3. Finda a vigência do presente contrato, a **segunda outorgante** deverá entregar ao **Município** o prédio em bom estado de conservação. \_\_\_\_\_



**4.<sup>a</sup>**

**(Obras)**

1. À Associação Juvenil de Jovens em Caminhada cabe a conservação e manutenção por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, realizando as obras que sejam necessárias à prossecução das atividades mencionadas na cláusula segunda. \_\_\_\_\_

2. Caso a Associação Juvenil de Jovens em Caminhada utilize o presente imóvel para outros fins ou caso se verifique que o mesmo apresenta falta de manutenção e ou abandono, o presente contrato de comodato pode ser automaticamente extinto e o bem reverterá para a posse do Município de Braga. \_\_\_\_\_

**5.<sup>a</sup>**

**(Obrigações da segunda outorgante)**

1. Na vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas: \_\_\_\_\_

- a) Inerentes à conservação e limpeza de espaços; \_\_\_\_\_
- b) Decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefones, rede de dados e outros custos de exploração; \_\_\_\_\_
- c) Relativos a prémios de seguros que entendam ser necessários e/ou obrigatórios por lei. \_\_\_\_\_

2. A Segunda Outorgante obriga-se ainda: \_\_\_\_\_

- a) A acolher o Centro de Alojamento de Emergência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo na ativação do Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem Abrigo de Braga, nomeadamente durante situações de agravamento das condições meteorológicas e sob gestão direta das equipas técnicas das entidades responsáveis pela resposta; \_\_\_\_\_
- b) À contratação de um seguro multirrisco que salvguarde o edifício em caso de sinistro; \_\_\_\_\_
- c) A não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato; \_\_\_\_\_
- d) A responsabilizar-se pela gestão, fiscalização e manutenção, assim como pelos respetivos custos associados; \_\_\_\_\_
- e) A manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança. \_\_\_\_\_

**6.ª**

**(Prazo do Contrato de Comodato)**

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 10 (dez anos), podendo ser renovado por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 90 (noventa) dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações. \_\_\_\_\_

**7.ª**

**(Valor)**

É acordado entre as partes que o presente contrato de comodato seja a título gratuito. \_\_\_\_\_

**8.ª**

**(Omissões e Lacunas)**

O presente contrato, em tudo o que estiver omissos, rege-se pelo disposto no Código Civil. \_\_\_\_\_

**9.ª**

**(Foro)**

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra. \_\_\_\_\_

**10.ª**

**(Aprovação)**

A proposta relativa ao presente contrato de comodato foi aprovada em reunião do Executivo Municipal realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023. \_\_\_\_\_

**O Primeiro Outorgante,**

\_\_\_\_\_

**O Segundo Outorgante,**

\_\_\_\_\_